



**I Seminário Nacional Infância,  
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**  
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

## **O direito ao lazer para mulheres frente às violências de gênero** **Women's right to leisure in the face of gender-based violence**

**Ana Beatriz Pettersen Macedo<sup>1</sup>**

**Isabella Fialho Muniz<sup>2</sup>**

**Maria Vitória Pereira Ribeiro da Cunha<sup>3</sup>**

**Samantha Carvalho Felício<sup>4</sup>**

**Eixo Temático:** EIXO 5 - Gênero, sexualidades e violência doméstica

### **Introdução**

As atividades de lazer são comumente atravessadas por violências estruturais de um sistema capitalista, cisheteropatriarcal e racista, que lucra controlando singularidades e corpos – sobretudo àqueles que se reconhecem em experiências relacionadas ao ser mulher, em suas múltiplas formas e identidades. Essas estruturas impactam subjetivamente a vida das mulheres, exigindo uma análise interseccional. Neste trabalho, o lazer é assumido como analisador das desigualdades cotidianas, a partir de uma atividade de extensão realizada com mulheres racializadas. Utilizamos a roda de conversa como metodologia, propondo a construção de um espaço de produção de saberes e valorização de epistemologias insurgentes, abordando o ser mulher como construção histórica, colonizada e atravessada por estruturas de poder. A perspectiva adotada é contra-hegemônica e decolonial, buscando nomear opressões e afirmar o cuidado de si como ato político de resistência. O objetivo é favorecer a emancipação feminina, reconhecendo o lazer como direito e como possibilidade de reinvenção dos modos de existir.

### **Desenvolvimento**

A inserção das mulheres na esfera pública é recente frente à longa duração do patriarcado, que há milênios estrutura relações sociais. O capitalismo patriarcal reforçou essa desigualdade ao separar produção e reprodução, relegando às mulheres o espaço privado. No entanto, como denuncia

---

<sup>1</sup> Graduanda em Psicologia na Faculdade Maria Thereza. Email: [anabeatrizpettersen@gmail.com](mailto:anabeatrizpettersen@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda em Psicologia na Faculdade Maria Thereza. Email: [isabellamunix@gmail.com](mailto:isabellamunix@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduanda em Psicologia na Faculdade Maria Thereza. Email: [mariavitoriaprdc@gmail.com](mailto:mariavitoriaprdc@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutora em Psicologia UFF, psicóloga NIAP/SMERJ e professora de Psicologia. Email: [sam.felicio@hotmail.com](mailto:sam.felicio@hotmail.com)

Lélia Gonzalez (1988 [2020]), a hegemonia do feminismo eurocentrado, que universaliza uma experiência branca e ocidental de ser mulher, ignora as experiências de muitas mulheres, especialmente negras e latino-americanas.

Essa estrutura de poder regula o lugar social das mulheres e produz subjetividades. Notamos no desenvolvimento dos encontros como as mulheres se distanciam das atividades de entretenimento, a identidade feminina é moldada por normas sociais que definem o que é ser mulher e quem pode ocupar esse lugar, comumente relacionado ao cuidado e gerenciamento de atividades nas famílias exclusivamente às mulheres. É importante, assim, uma análise interseccional, como aponta Carla Akotirene (2019). Raça, classe, gênero e território se entrelaçam na formação das identidades e no acesso a direitos. No caso do lazer, é preciso perguntar: quem pode vivê-lo? Quais corpos podem existir além do cuidado e da produção? A lógica capitalista, patriarcal e racista o restringe, e isso emergiu na roda, com relatos sobre o tempo livre ser consumido pela sobrevivência, muitas vezes sequer imaginado.

A invisibilização das opressões é estratégia do capitalismo para manter hegemonias. Ao silenciar o que escapa à norma, o sistema captura e neutraliza potências de transformação – não só em instituições, mas também na micropolítica da subjetividade. Guattari e Suely Rolnik (1996) apontam que o devir-mulher rompe com moldes fixos, mas essa resistência é frequentemente capturada antes de ser reconhecida, gerando a repetição de traços opressores até por sujeitos historicamente oprimidos.

A luta pela emancipação feminina também é uma luta pelo reconhecimento do passado. Embora os direitos civis e políticos representem avanços, não houve reestruturação dos papéis de gênero. Mesmo inseridas em diversos espaços, as mulheres seguem sobrecarregadas pelas exigências de cuidado, e seu tempo ainda é tomado por demandas alheias, comprometendo a possibilidade de cuidado de si (Zanello, 2018). Isso se evidenciou quando a roda precisou ser interrompida para que as participantes fossem para casa preparar o almoço de suas famílias.

Essa realidade demonstra que a emancipação feminina exige não apenas acesso a direitos, mas que precisa ser acompanhada de uma reconstrução simbólica e histórica do papel das mulheres, especialmente das mulheres brasileiras, cujas trajetórias foram marcadas por silenciamentos e resistências. Dessa forma, é necessário entender que o emancipacionismo não se limita à busca por igualdade nos moldes dos valores masculinos. Teles (1993) afirma que a emancipação busca o



**I Seminário Nacional Infância,  
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**  
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

reconhecimento da diferença – não como desigualdade ou complementaridade – como valorização da identidade feminina em sua própria forma de existir e resistir.

Diante desse sistema nos perguntamos se podemos imaginar uma reestruturação efetiva dessa lógica. É possível reinventar o ser mulher para além das funções de cuidado compulsório, da produtividade e da obediência às normas que são impostas?

### **Considerações Finais**

Ainda que as estruturas de opressão persistam, é preciso apostar na possibilidade da ruptura. Essa ruptura, no entanto, não se dá apenas em grandes transformações, mas também nos gestos cotidianos que recusam a norma, que desviam da rota traçada historicamente para os corpos femininos. É afirmar a legitimidade de ocupar o tempo para si, de escutar os próprios desejos e de construir outros modos de existir que escapem às normas. Em nossos grupos propomos algumas rupturas moleculares de tal sistema, ainda pareça algo distante, mas reinventar-se nele é uma forma de resistir. Ao criar espaços de escuta, como a roda de conversa com mulheres em seus territórios, percebemos que retomar a história silenciada e nomear as opressões são também formas de reconhecer seus efeitos. Quando essas mulheres se reconhecem umas nas outras, partilham o cansaço e a culpa, mas também os desejos e as potências, abrem brechas para imaginar outras formas de vida.

### **Referências Bibliográficas**

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano** In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 139-150.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura, precariedade e reconhecimento**. Rio de Janeiro: Appris, 2018.